

ESTRATÉGIAS DE PROCURA DE TRABALHO, USO DO SEGURO- DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Desde o final de 2005, as entidades que integram o **Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – Sistema PED** vêm desenvolvendo ações para ampliar a utilização de suas bases de dados, subsidiando o delineamento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a distribuição mais equitativa da renda e da riqueza.

Em 2008, foi incluída nesta agenda a geração de novas informações primárias, as quais associadas às já levantadas pelas seis unidades de pesquisa do Sistema PED, potencializam o patamar de entendimento sobre as dinâmicas que condicionam a absorção e valoração da força de trabalho em importantes regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Assim, no âmbito do projeto *Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos (Convênio MTE/SPPE/Codefat N°. 092/2007 – Dieese e Termos Aditivos)*, entre maio e outubro de 2008, foi adicionado ao questionário básico da PED o bloco suplementar “Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda”.

Na Região Metropolitana de São Paulo, essa investigação resultou dos esforços conjuntos da Fundação Seade e do Dieese e seus primeiros resultados são apresentados neste boletim. Trata-se de uma exploração inicial desses dados, especialmente focada nos requisitos exigidos do trabalhador no momento da contratação ou organização do negócio ou empresa, nos mecanismos ou meios utilizados para a inserção ocupacional, bem como do uso do seguro-desemprego, além de informações relativas a qualificação profissional.

Meios e requisitos para a obtenção de trabalho assalariado na Região Metropolitana de São Paulo

Entre maio e outubro de 2008, as informações apuradas pela **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED** mostram que 69,2% das 15.127 mil pessoas com 14 anos ou mais de idade residentes na **Região Metropolitana de São Paulo – RMS**P atuavam no mercado de trabalho, perfazendo, em números absolutos, 10.468 mil pessoas economicamente ativas. Entre estas, 9.076 mil integravam o contingente de ocupados e 1.392 mil estavam desempregadas, o que equivale a uma taxa de desemprego total de 13,3% (Tabela 1).

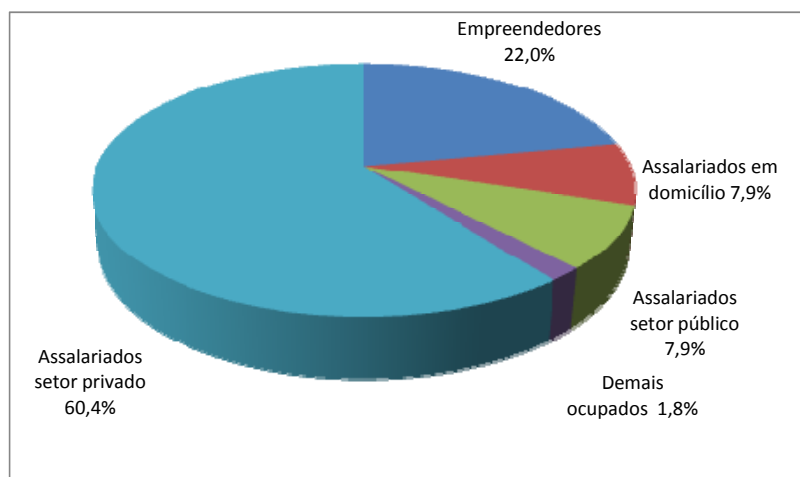
Tabela 1
Estimativas da População em Idade Ativa com 14 anos e mais, População Economicamente Ativa, ocupados, desempregados e inativos e taxas de participação e desemprego
Região Metropolitana de São Paulo
Maior a Outubro de 2008

Indicadores	Estimativas (em mil pessoas)	%
População em Idade Ativa (em 1.000 pessoas)	15.127	100,0
População Economicamente Ativa	10.468	69,2
Desempregados	1.392	9,2
Ocupados	9.076	60,0
Inativos	4.659	30,8
Taxas		
Participação (em % da PIA)		69,2
Desemprego (em % da PEA)		13,3

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

No período investigado, a forma de inserção ocupacional predominante na RMSP era o assalariamento (76,3%), que incorporava parcela importante de trabalhadores na esfera produtiva privada (60,4%). Outro contingente significativo trabalhava no setor público (7,9%) e outro equivalente, nos domicílios, por meio do emprego doméstico (7,9%). Entre as demais inserções, sobressai a organização do próprio negócio e/ou empreendimento (22,0%), que inclui os trabalhadores por conta própria, empregadores, donos de negócio familiar e profissionais universitários autônomos (Gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008



Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Meios utilizados para obter o emprego atual

Para 51,7% dos assalariados no período de referência,¹ o acionamento de *rede de contatos pessoais* (parentes, amigos, vizinhos, etc.) foi o meio de busca decisivo para a conquista do posto de trabalho atual. Em sequência, os meios mais utilizados para a obtenção de emprego foram o *contato direto com o empregador* (33,4%)² e o engajamento em *concursos públicos* (8,1%).

A proporção de assalariados que se inseriram no posto de trabalho atual por meio de estruturas especializadas para a intermediação da força de trabalho foi de 6,3%. Entre eles, a parcela que se utilizou de agências privadas de emprego e estágio para tanto (5,1%) superou a dos que se valeram da rede de intermediação pública (1,2%) (Tabela 2).

As organizações comunitárias e os sindicatos, por sua vez, possuem importância ainda menor como intermediários da procura por trabalho: apenas 0,5% dos trabalhadores assalariados afirmaram ter obtido o posto de trabalho atual por esses meios.

¹ A pesquisa identificou, entre os ocupados no período básico da pesquisa, quais os meios utilizados para encontrar o trabalho atual. Note-se que essa procura por trabalho, na maior parte, ocorreu num período muito anterior ao considerado de referência, uma vez que se deu no momento que antecedeu o ingresso no atual posto de trabalho.

² O contato direto com a empresa não implica que o empregado tenha deixado de passar por processos seletivos ou de cumprir exigências de contratação. Revela apenas que o acesso a esse emprego se deu sem a intermediação ou indicação de terceiros.

Os empregados domésticos compõem o segmento ocupacional em que as redes de contatos pessoais apresentaram maior importância para a obtenção de seu atual emprego (89,4%). Para eles, essas redes são essenciais para a circulação de informações sobre disponibilidade de vagas e o perfil dos candidatos. Embora menor que a observada entre os empregados domésticos, a parcela de empregados do setor privado que se utilizou de contatos pessoais para viabilizar seu atual emprego é bastante expressiva (52,6%), contrariamente ao que ocorre no setor público, em que apenas 7,6% dos empregados utilizaram esse expediente para obter o atual emprego.

Tabela 2
Distribuição dos assalariados de 14 anos e mais, por posição na ocupação, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual.
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008

Meios para obtenção de trabalho	Total	Posição na ocupação		
		Setor privado	Setor público	Em Domicílios
		(2)		
Total de assalariados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresa empregadora/empregador	33,4	39,3	12,8	9,1
Agência privada/órgão intermediação de estágio	5,1	6,1	(3)	(3)
Organizações comunitárias/centrais e sindicatos	0,5	(3)	(3)	(3)
Rede social	51,7	52,6	7,6	89,4
Concurso público	8,1	(3)	76,9	–
Posto público de atendimento ao trabalhador	1,2	1,3	(3)	(3)

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público e empregados domésticos.

(2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O contato direto com a empresa ou empregador foi um meio muito utilizado para a obtenção do atual emprego pelos assalariados do setor privado (39,3%). Nos casos do emprego doméstico e do emprego público, esse contato não foi um expediente relevante para a obtenção da atual ocupação no período de referência. Estes últimos percentuais (9,1% e 12,8%, respectivamente) talvez reflitam muito mais resquícios do passado do que mecanismos ainda hoje considerados na busca por um trabalho nesses segmentos. Especialmente no que diz respeito ao setor público, atualmente, o concurso é o principal meio de acesso aos empregos, uma vez que 76,9% dos empregados do setor haviam passado por esse tipo de processo seletivo.

Requisitos para contratação

Na RMSP, 68,4% dos assalariados precisaram atender a exigências ou requisitos do empregador para obter emprego. Relacionadas às expectativas de produtividade, cognição e habilidade, as condições requeridas dos assalariados dirigiam-se principalmente à escolaridade (50,8%) e experiência profissional (38,2%). Em menor medida, porém figurando de modo relevante, aparecia a comprovação do domínio de conhecimentos específicos (20,3%) (Tabela 3).

Note-se que no segmento público quase 90% dos empregados reportaram ter cumprido exigências necessárias à contratação. No setor privado, tal percentual correspondeu a pouco mais de 70%, enquanto no emprego doméstico não atingiu 25% dos ocupados no período de referência.

Os requisitos de contratação mostraram-se distintos segundo o segmento institucional de vinculação dos assalariados. Assim, no setor público predominaram as exigências de escolaridade (85,8%). Porém, para 22,6% de seus empregados foi exigida a comprovação de conhecimentos específicos, como era de se esperar diante da grande quantidade de funções especializadas exercidas pelos empregados do setor (médicos, advogados, professores, etc.). Ainda nesse segmento institucional, merece menção a exigência de experiência anterior de trabalho, reportada por 15,3% de seus empregados, no período de referência.

Tabela 3
Proporção de assalariados que atenderam a requisitos de contratação, por tipo de requisito, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
Maior a Outubro de 2008

Posição na ocupação	Requisitos de contratação				Em %
	Total (3)	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos (4)	Experiência profissional	
Total de assalariados (1)	68,4	50,8	20,3	38,2	
Setor privado (2)	71,8	52,6	22,4	43,5	
Setor público	88,6	85,8	22,6	15,3	
Em domicílios	22,3	(5)	(5)	21,0	

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público e empregados domésticos.

(2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos.

(3) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito.

(4) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Como já se assinalou, o nível de exigências do setor privado é menor que o do setor público. Além disso, a Tabela 3 revela que tais exigências compõem-se de modos distintos: no setor privado, é menor a importância da escolaridade, embora não seja irrelevante, pois 52,6% desses empregados atenderam a esse requisito. Por sua vez, a comprovação de experiência anterior de trabalho constituiu um crivo para a contratação muito mais relevante no segmento privado do que no público: foi solicitada a mais de 40% dos empregados no setor empresarial. Já o domínio de conhecimentos específicos tem proporção semelhante em ambos os setores (cerca de 22%), o que reflete a complexa estrutura ocupacional presente na RMSP.

O emprego doméstico, sabidamente um espaço de absorção da força de trabalho feminina, caracteriza-se pelo fato de os ocupados nesse segmento tenderem a reproduzir, no âmbito profissional, atividades, habilidades e parâmetros de conduta ameadados na vida privada e apreendidos em seu próprio domicílio. Desse modo, as exigências de contratação ali vigentes restringem-se, quase exclusivamente, à experiência anterior, mesmo assim para apenas 21,0% deles.

A relação entre os meios de obtenção do atual posto de trabalho e os requisitos exigidos à época de seu preenchimento proporciona uma visão mais detalhada desse tema. Inicialmente, mesmo entre aqueles que obtiveram seu atual emprego por meio de rede de amigos ou parentes é relevante a proporção (55,1%) dos que tiveram que atender às exigências de contratação impostas pelo empregador (Tabela 4).

Outro aspecto relevante é a predominância das exigências de escolaridade em todos os meios utilizados para a obtenção de trabalho. Apenas entre os trabalhadores que acionaram a rede social para obtenção do atual posto de trabalho a escolaridade e a experiência anterior de trabalho compartilham do mesmo grau de importância entre os requisitos exigidos para contratação. Além da importante presença dos requisitos de escolaridade entre os que obtiveram seu atual emprego por meio de concurso público (89,2%), o que já era esperado, chama a atenção o fato de tais requisitos terem sido cumpridos por 82,6% dos empregados cujo trabalho atual foi obtido por meio de agências privadas de intermediação e por 73,6% dos que o obtiveram nos postos públicos de intermediação.

Tabela 4
Proporção de assalariados que atenderam requisitos de contratação, por tipo de requisito,
segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008

Em %

Meios utilizados para a obtenção do trabalho	Requisitos de contratação			
	Total (2)	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos (3)	Experiência profissional
Total de Assalariados (1)	68,4	50,8	20,3	38,2
Empresa empregadora/empregador	78,5	59,4	26,6	48,4
Agência privada/órgão intermediação de estágio	92,5	82,6	31,8	50,6
Organizações comunitárias/centrais sindicais	(4)	(4)	(4)	(4)
Rede social	55,1	35,2	14,3	34,6
Concurso público	91,8	89,2	22,8	13,8
Posto público de atendimento ao trabalhador	84,9	73,6	(4)	(4)

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

(2) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito.

(3) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A experiência de trabalho anterior constitui o segundo requisito mais frequentemente reportado pelos empregados no período de referência. Tal exigência se destaca entre os que se utilizaram de agências privadas de intermediação (50,6%), do contato direto com a empresa empregadora (48,4%) e, em menor medida, de rede de parentes, amigos ou conhecidos (34,6%). Já cursos e conhecimentos específicos foram solicitados sobretudo de assalariados que procuraram agências privadas de intermediação (31,8%), que realizaram contato direto com o empregador (26,6%) e que prestaram concurso público (22,8%).

A Tabela 5 relaciona as exigências de contratação com o tempo médio de permanência no atual emprego e o rendimento médio mensal. Note-se que os maiores rendimentos eram recebidos por aqueles que cumpriram o requisito de comprovação de conhecimentos específicos para o exercício da atual ocupação, o que sugere tratar-se de trabalho mais especializado, e explica tal rendimento. Entretanto, não são esses os que permanecem por mais tempo no emprego, o que pode indicar que tais profissionais têm maiores chances de buscar outro posto de trabalho, que lhes seja mais vantajoso.

Tabela 5
Tempo médio de permanência no trabalho atual e rendimento médio real mensal dos
assalariados, por tipo de requisito atendido na contratação
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008

Requisitos de contratação	Tempo médio de permanência (Em meses)	Rendimento médio real mensal (1)
Total	57	1.408
Escolaridade	60	1.580
Cursos ou outros conhecimentos (2)	53	1.711
Experiência profissional	47	1.459

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Em reais de setembro de 2008.

(2) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

Aqueles que atendem a requisitos de escolaridade são os que permanecem por mais tempo no posto de trabalho, mas têm salários médios inferiores aos contratados por terem conhecimentos específicos. No entanto, o requisito de escolaridade possibilita rendimentos superiores aos recebidos por aqueles cuja contratação se deu devido à experiência prévia de trabalho. Estes últimos, além de perceberem salários mais baixos, encontram-se a menos tempo no atual emprego, o que pode ser indicativo de maior rotatividade nesses postos.

Por fim, ressalte-se que o rendimento médio do total de assalariados é menor do que o de cada um desses segmentos, o que se explica pela inclusão dos assalariados contratados sem qualquer exigência prévia, cujos salários devem ser muito inferiores aos dos demais.

Uso do seguro-desemprego na Região Metropolitana de São Paulo

Na RMSP, 18,3% dos residentes com idade igual ou superior a 14 anos tiveram acesso ao seguro-desemprego em algum momento ao longo dos últimos oito anos. De maio a outubro de 2008, esse contingente foi estimado em 2.768 mil pessoas (Tabela 6). Tal estimativa pode ser considerada conservadora, uma vez que parte dessas pessoas pode ter deixado a região. Assim, ainda que os critérios para a concessão do seguro-desemprego sejam sabidamente rígidos diante

das características do mercado de trabalho brasileiro, os benefícios distribuídos nos últimos oito anos atingiram parcela importante da população residente na região.

O principal elemento definidor da elegibilidade de um indivíduo ao benefício é o rompimento de um contrato formal de trabalho. Como parcela expressiva da população ativa não tem acesso a esse tipo de posto de trabalho, tal segmento é inelegível ao benefício por princípio. Porém, nem todos os que têm seu contrato formal de trabalho rompido são elegíveis ao seguro-desemprego. Uma forma de medir esse fenômeno é por meio da comparação entre o número médio de vínculos formais rompidos nos últimos anos entre os residentes na RMSP no período de referência (1,5 vínculo por pessoa) diante do número médio de vezes que essas pessoas receberam o seguro-desemprego no mesmo período (1,3).

Tabela 6
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que usam ou usaram seguro-desemprego nos últimos oito anos, segundo condição de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Maió a Outubro de 2008

Condição de atividade	Em %					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
População total	18,8	15,9	20,7	12,7	15,5	18,3
População Economicamente Ativa	16,2	14,0	17,9	11,0	13,8	16,1
Ocupados	14,4	11,2	15,3	8,0	10,3	13,5
Desempregados	1,8	2,8	2,6	3,0	3,5	2,6
Em desemprego aberto	1,3	1,7	1,9	1,8	2,1	1,7
Em desemprego oculto	0,5	1,1	0,7	1,2	1,4	0,9
População Inativa	2,5	1,8	2,8	1,7	1,7	2,2

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

A Tabela 7 mostra as razões pelas quais parte dos indivíduos que tiveram seu contrato de trabalho rompido nos últimos oito anos não obteve esse benefício. A maior parcela deveu-se ao fato de a iniciativa do rompimento ter sido do próprio empregado (31,8%). Esse motivo, e “não ter ficado desempregado no período” (17,7%) e “ter outras rendas ou trabalho” (2,1%) referem-se a situações em que as restrições de trabalho podem não ser tão graves, uma vez que o desligamento deveu-se a uma atitude voluntária da pessoa ou não implicou sua exclusão do mercado de trabalho nem a interrupção absoluta de sua renda.

Porém, outros contingentes cujos vínculos formais foram rompidos por iniciativa do empregador imotivadamente não tiveram acesso ao seguro-desemprego, ainda que não dispusessem de outras fontes de renda ou oportunidade de trabalho. São os casos daqueles que não completaram o período de exercício de emprego formal determinado em lei – “período de carência” – (20,8%) e dos que finalizaram contratos temporários de trabalho (5,9%).

Em síntese, ainda que parcela expressiva da população residente na RMSP tenha recebido o seguro-desemprego, o acesso a esse benefício restringe-se à parcela dos empregados contratados formalmente e, mesmo entre esses, há segmentos importantes que não são elegíveis ao benefício.

Tabela 7
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que perderam
postos de trabalho assalariados nos últimos oito anos e não
usaram o seguro-desemprego, segundo motivos do não uso
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008

Motivos de não ter usado o seguro-desemprego	%
Contrato temporário	5,9
Pediu demissão	31,8
Não ficou desempregado nesse período	17,7
Teve outras rendas/trabalhos	2,1
Faltou completar o período de carência	20,8
Não vale a pena/muita burocracia	(1)
Foi despedido por justa causa	(1)
Outros	22,6

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: A soma das parcelas pode não totalizar 100% pois a questão admite mais de uma resposta.

Qualificação profissional na Região Metropolitana de São Paulo

Nos últimos três anos, uma parcela equivalente a 24,5% da população com 14 anos e mais de idade residente na RMSP participou de curso ou treinamento destinado à qualificação profissional.

A Tabela 8 mostra que, independentemente da condição de ocupação dos indivíduos no período de referência, há nítida relação entre a realização de cursos de qualificação profissional e o nível de renda familiar.

Tabela 8
Proporção de pessoas de 14 anos e mais que realizaram cursos de capacitação ou qualificação, por quartis de renda familiar *per capita*, segundo condição de atividade Região Metropolitana de São Paulo Maio a outubro de 2008

Condição de atividade	Renda familiar <i>per capita</i>				Em %
	Quartil inferior	Segundo quartil	Terceiro Quartil	Quartil superior	Total
Total	16,7	20,6	24,0	35,3	24,5
Desempregados	25,3	32,9	44,7	49,4	33,5
Ocupados	15,9	22,2	27,2	42,0	28,9
Inativos	12,8	13,3	12,4	15,1	13,2

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Disparidades em níveis de renda, de modo isolado, não explicam as diferenças na qualificação. De fato, características pessoais, longe de conferirem neutralidade aos mercados de trabalho, como já identificado em estudos anteriores, no mínimo potencializam desigualdades. Por exemplo, as mulheres da RMSP apresentam maior propensão para frequentar cursos de qualificação do que os homens, além de possuírem, como é sabido, maior nível de escolaridade. Desse modo, as informações da Tabela 9 corroboram as análises que sustentam que o diferencial de incidência do desemprego existente entre homens e mulheres extrapola as questões relacionadas estritamente aos recursos produtivos acumulados ao longo da vida profissional.

Essa tabela também permite observar que diferentes características pessoais influenciam a propensão à realização desses cursos. O atributo raça/cor, aparentemente, tem efeito menor na distinção dessa tendência, ao contrário da idade – com menor disposição à qualificação à medida que se eleva a faixa etária – e da escolaridade – em que maiores níveis de escolaridade implicam maior disposição à capacitação. Tais disposições por atributos pessoais são potencializadas segundo níveis de renda, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9
Proporção de pessoas de 14 anos e mais que realizaram cursos de capacitação ou qualificação, por quartis de renda familiar *per capita*, segundo atributos pessoais
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008

Atributos pessoais	Renda familiar <i>per capita</i>				Em %
	Quartil inferior	Segundo quartil	Terceiro quartil	Quartil superior	Total
Total	15,9	22,2	27,2	42,0	28,9
Sexo					
Homens	15,4	22,8	27,7	39,8	28,0
Mulheres	16,5	21,4	26,6	44,5	29,9
Cor (1)					
Negros	16,5	21,6	26,7	38,7	25,3
Não-negros	15,4	22,7	27,5	42,9	30,8
Posição no domicílio					
Chefes	13,7	19,0	23,2	37,6	23,8
Demais	19,3	25,4	30,4	46,0	33,2
Cônjuges	-(4)	18,0	20,6	40,3	25,1
Filhos	29,7	35,9	41,6	54,7	42,0
Outros	-(4)	-(4)	26,6	35,7	26,2
Faixa etária					
14 a 17 anos	-(4)	-(4)	-(4)	-(4)	42,7
18 a 24 anos	25,2	33,8	38,7	57,9	42,1
25 a 39 anos	14,9	23,0	29,1	47,9	31,0
40 a 49 anos	(4)	14,3	22,2	38,4	23,0
50 e mais	-(4)	-(4)	-(4)	24,1	14,5
Nível de instrução					
Analfabeto	-(4)	-(4)	-(4)	-(4)	-(4)
Fundamental incompleto	8,2	9,0	10,0	11,7	8,7
Fundamental completo (2)	20,5	20,5	23,6	22,8	21,6
Médio completo (3)	27,8	36,8	37,3	44,9	38,2
Superior completo	-(4)	-(4)	53,9	56,5	50,8

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Negra corresponde às pessoas de cor parda e preta. Não-negra corresponde às pessoas de cor branca e amarela.

(2) Inclui indivíduos com ensino médio incompleto.

(3) Inclui indivíduos com ensino superior incompleto

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Custeio e natureza institucional da oferta de qualificação profissional

A importância do nível de renda familiar na explicação da disposição das pessoas em realizar cursos de qualificação profissional decorre, em parte, do fato de 59,5% dos indivíduos que realizaram tais cursos terem utilizado recursos próprios para seu financiamento total ou parcial (Tabela 10).

Os cursos gratuitos, normalmente financiados com recursos públicos, são predominantemente realizados por pessoas pertencentes aos estratos inferiores de renda, o que sugere haver alguma focalização desses programas em favor dos segmentos mais carentes da população. Já a capacitação oferecida pelas empresas tende a atender preferencialmente à população pertencente aos estratos superiores de renda. Tal característica pode espelhar o fato de as empresas promoverem capacitação para ocupações mais especializadas, às quais estão associados níveis salariais mais elevados.

A distinção entre o papel e os limites de atuação do Estado e das empresas na oferta de cursos de qualificação profissional é tema recorrente nos debates sobre o tema e os resultados apresentados sugerem alguma complementaridade entre eles.

Tabela 10
Distribuição das pessoas de 14 anos e mais que realizaram cursos de capacitação (1), por quartis de renda familiar *per capita*, segundo fonte de financiamento dos cursos
Região Metropolitana de São Paulo
Maior a Outubro de 2008

Fonte de financiamento dos cursos de qualificação	Renda familiar <i>per capita</i>				Em %
	Quartil inferior	Segundo quartil	Terceiro quartil	Quartil superior	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	52,5	59,0	62,2	58,5	59,5
Com recursos da empresa	11,2	15,2	19,0	29,6	20,5
Totalmente gratuito	36,3	25,8	18,8	11,9	20,0
Outras	-(2)	-(2)	-(2)	-(2)	-(2)

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Nos últimos três anos.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação à natureza das instituições que ofereceram cursos profissionalizantes, que incluem, além dos de capacitação, os que conferem diploma de nível técnico a seus egressos, identificou-se a prevalência das instituições de ensino particular, principalmente os institutos de qualificação profissional. Na RMSP, estes estabelecimentos atenderam a metade da população que demandou esses cursos (50,4%). Destaque-se ainda a importância das escolas do Sistema S, das ONGs, igrejas e escolas técnicas como importantes instituições ofertantes de cursos profissionalizantes, especialmente para os segmentos populacionais mais pobres (Tabela 11).

Tabela 11
Distribuição das pessoas de 14 anos e mais que realizaram cursos de capacitação,(1) por quartis de renda familiar *per capita*, segundo natureza da instituição responsável pelo curso Região Metropolitana de São Paulo Maio a Outubro de 2008

Instituição responsável pelo curso	Renda familiar <i>per capita</i>				Total
	Quartil inferior	Segundo quartil	Terceiro quartil	Quartil superior	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escola técnica	(3)	8,7	10,0	6,9	8,3
Faculdade/universidade	(3)	(3)	(3)	5,1	2,7
Sistema S	(3)	11,3	14,2	11,8	11,4
Empresa empregadora	(3)	8,7	10,9	17,8	12,0
ONGs, igrejas, etc.	19,1	12,6	7,5	4,0	8,9
Institutos de qualificação profissional	50,0	50,9	50,9	47,1	50,4
Demais (2)	(3)	6,8	5,2	7,4	6,3

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Nos últimos três anos.

(2) Inclui centros de educação tecnológica, Sebrae, sindicatos e centrais sindicais, e outros tipos de entidades.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Motivos para a não qualificação

Entre os que não fizeram cursos de qualificação profissional, a pesquisa investigou os motivos alegados para a não realização. Cerca da metade simplesmente não tem interesse em fazê-lo. Entre os demais, destacam-se dois obstáculos impeditivos a sua realização: falta de recursos (22,6%) e falta de tempo (18,8%). A ausência de condições para financiamento de ações formativas, como esperado, atinge mais acentuadamente os que se inserem em estratos familiares de menor renda (36,3%); enquanto a escassez de tempo foi reportada de forma mais homogênea entre os estratos de renda, mas com predominância nos superiores (Tabela 12).

Tabela 12
Distribuição das pessoas de 14 anos e mais que não realizaram cursos de capacitação, (1)
por quartis de renda familiar *per capita*, segundo razões para a não qualificação
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a Outubro de 2008

Em %

Principal motivo da não qualificação/ capacitação profissional	Renda familiar <i>per capita</i>				Total
	Quartil inferior	Segundo quartil	Terceiro quartil	Quartil superior	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de recursos financeiros	36,3	28,8	21,9	12,0	22,6
Falta de tempo	13,9	18,5	19,0	23,0	18,8
Não tem os requisitos exigidos (2)	6,0	4,1	3,7	2,1	3,7
Demais motivos (3)	2,8	2,7	2,3	1,8	2,1
Não tem interesse/não necessita	41,0	45,9	53,0	61,1	52,8

Fonte: Convênio Seade/Dieese, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Nos últimos três anos.

(2) Inclui requisitos de escolaridade, idade, etc.

(3) Inclui falta de escolas ou cursos perto da residência ou trabalho; baixa qualidade dos cursos disponíveis; duração muito extensa dos cursos ou outros motivos.

Esses breves comentários dão uma pequena amostra das possibilidades de exploração das informações coletadas na PED para avaliar e aprimorar as políticas públicas associadas ao mercado de trabalho. Evidentemente, estudos aprofundados, com possibilidade de comparações regionais, permitirão que usuários da pesquisa e, em especial, os formuladores de políticas públicas desenhem ações mais eficazes para aperfeiçoar a ação do Estado e da sociedade nesse campo.